Assim:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º Nos casos omissos na lei do contencioso aduaneiro são aplicáveis as normas do processo comum aos delitos fiscais de contrabando de gado.

Art. 2.º O gado apreendido é relacionado e descrito nos termos do artigo 95.º do Contencioso Aduaneiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 31 664, de 22 de Novembro de 1941, e entregue aos competentes serviços regionais de agricultura do Ministério da Agricultura e Pescas.

Art. 3.º — 1 — Os animais a que se refere o artigo anterior ficam sujeitos às medidas de sanidade veterinária previstas nos artigos 4.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 39 209, de 14 de Maio de 1953.

2 — Sempre que razões sanitárias não imponham a occisão imediata dos animais para destruição dos despojos, os serviços regionais de agricultura promoverão a sua entrega à Junta Nacional dos Produtos Pecuários quando se verificar:

- a) Impossibilidade ou excessivo ónus da estabulação;
- b) Conveniência de utilização imediata para satisfação das necessidades de abastecimento da população;
- c) Requerimento do dono para que sejam alienados.

3 — A Junta Nacional dos Produtos Pecuários procederá à venda dos animais recebidos nos termos do n.º 2 e depositará o produto da venda na Caixa Geral de Depósitos, à ordem do tribunal do processo.

Art. 4.º Para efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 36.º do Contencioso Aduaneiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 31 664, de 22 de Novembro de 1941, a circulação de gado efectua-se com o processamento dos seguintes documentos:

- a) Guia de trânsito, a emitir pelos serviços regionais de agricultura, da qual conste, designadamente, o nome do proprietário, a propriedade ou local donde saem os animais, número de animais por espécie, raças e características, data de saída e destino dos animais (abate ou permanência, indicando-se neste último caso o período de permanência);
- b) Documento comprovativo do pagamento de direitos, factura ou guia de remessa, consoante se trate de gado procedente directamente, do estrangeiro ou não, devendo neste último caso a factura ou guia de remessa indicar a data de remessa, o nome e residência dos remetentes e destinatários e assinatura daqueles, a procedência do gado e número de animais por espécie, raças e características.

Art. 5.º Independentemente do preceituado no artigo anterior, o gado que circule na zona fiscal da fronteira terrestre definida no artigo 694.º do Regulamento das Alfândegas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 31 730, de 15 de Dezembro de 1941, ficará sujeito à guia de circulação prevista naquele artigo.

Art. 6.º O presente diploma entra em vigor na data da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 12 de Fevereiro de 1981. — *Francisco José Pereira Pinto Balsemão*.

Promulgado em 23 de Março de 1981.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANO

SECRETARIA DE ESTADO DO ORÇAMENTO

Decreto-Lei n.º 59/81

de 1 de Abril

Considerando que a não prorrogação de facilidades fiscais concedidas pelo Decreto-Lei n.º 272/80, de 9 de Agosto, poderá redundar em graves prejuízos para o sector automóvel e para os particulares compradores dos veículos, bem como em maiores encargos para o próprio Estado, sempre que, na prática, os prazos então estabelecidos se tenham mostrado relativamente curtos;

Considerando vantajoso permitir a garantia do imposto sobre a venda de veículos automóveis através de fiança bancária, de modo que todos os particulares compradores de veículos em circulação irregular até à entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 301/80, de 16 de Agosto, possam registar em seu nome a propriedade dos mesmos:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º — 1 — As pessoas obrigadas por lei ao pagamento do imposto sobre a venda de veículos automóveis desembaraçados aduaneiramente até à entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 301/80, de 16 de Agosto, e que tenham pago o imposto fora do prazo legalmente estabelecido para o fazer ficam sujeitas à multa correspondente a 12 % do imposto, em singelo, desde que regularizem a sua situação mediante o pagamento daquela multa, perante as alfândegas, no prazo de trinta dias a contar da data da entrada em vigor deste diploma.

2 — No caso de o imposto sobre a venda de veículos automóveis atrás referidos não ter sido pago, as pessoas obrigadas por lei ao cumprimento dessa obrigação ficam sujeitas à multa correspondente a 20 % do imposto, em singelo, desde que regularizem a sua situação, perante as alfândegas, mediante o pagamento do imposto, acrescido da importância daquela multa, no prazo prescrito no número anterior.

Art. 2.º — 1 — As pessoas referidas no n.º 2 do artigo anterior poderão optar pelo pagamento do imposto devido em prestações mensais, num máximo de trinta e seis, ficando sujeitas a uma multa correspondente a 25 % do imposto, a qual deverá ser paga integralmente simultaneamente com a primeira prestação, equivalente a 25 % do imposto, no prazo de trinta dias a contar da data da entrada em vigor deste diploma, prestando garantia por fiança bancária para o restante em dívida, a satisfazer em prestações de montante igual.

2 — O benefício referido no número anterior deve ser requerido aos directores das alfândegas, nas sedes ou delegações urbanas, ou aos respectivos chefes, nas delegações extra-urbanas, consoante os casos.

Art. 3.º — 1 — Existindo pendente processo de execução, as pessoas obrigadas ao pagamento do imposto sobre a venda de veículos automóveis poderão regularizar a sua situação mediante o pagamento nas condições estabelecidas nos artigos anteriores.

2 — O benefício referido no número anterior deve ser requerido ao juiz do processo.

Art. 4.º — 1 — Qualquer dos benefícios estabelecidos nos artigos anteriores caduca sempre que o pagamento de qualquer das prestações não seja efectuado no prazo do vencimento.

2 — Caducado o respectivo benefício nos termos do número anterior, passa a exigir-se o triplo do imposto devido, sendo a esse montante deduzida a importância que haja sido paga.

Art. 5.º As pessoas obrigadas por lei ao pagamento do imposto sobre a venda de veículos automóveis que estejam cumprindo essa obrigação em prestações, nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 272/80, de 9 de Agosto, poderão prestar fiança bancária, perante as alfândegas, em relação ao imposto ainda em dívida, para efeitos do registo de propriedade nas conservatórias do registo automóvel.

Art. 6.º As dúvidas surgidas na interpretação e aplicação do presente diploma serão resolvidas por despacho do Ministro das Finanças e do Plano.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 10 de Março de 1980. — *Francisco José Pereira Pinto Balsemão.*

Promulgado em 23 de Março de 1981.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E TURISMO

SECRETARIA DE ESTADO DO COMÉRCIO

Portaria n.º 311/81

de 1 de Abril

Considerando a conveniência de criar para todos os funcionários da Junta Nacional das Frutas um meio de identificação que permita o fácil reconhecimento da sua qualidade:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Secretário de Estado do Comércio, o seguinte:

1.º São criados, nos termos da presente portaria, cartões especiais de identificação para uso do pessoal da Junta Nacional das Frutas.

2.º Os cartões, de forma rectangular, serão do modelo anexo a esta portaria e têm as dimensões de 106 mm × 72 mm.

3.º O fundo dos cartões será de cor branca, tendo impressa a verde-claro a designação «Junta Nacional das Frutas». Terão na frente uma barra oblíqua, que irá do canto inferior esquerdo ao canto superior direito, contendo as cores da Bandeira Nacional, com a largura de 10 mm, e no verso do canto inferior

esquerdo, a indicação de que o modelo foi aprovado pela presente portaria.

4.º As inscrições feitas no verso dos cartões situam-se no interior de um rectângulo com as dimensões de 96 mm × 64 mm, onde, para além das relativas ao nome e categoria do respectivo titular, à assinatura do presidente e à data da emissão, terá igualmente impresso, no canto superior direito, um espaço com as dimensões de 32 mm × 25 mm reservado à fotografia do titular.

5.º Os cartões serão emitidos pelos serviços administrativos da Junta Nacional das Frutas, que os autenticará com a assinatura do presidente e com o selo branco, por forma a marcar o canto inferior esquerdo da fotografia e aquela assinatura.

6.º Os cartões destinados a ser utilizados pelo presidente, vice-presidentes, directores de serviços e funcionários de fiscalização farão no verso referência ao artigo 21.º do Decreto n.º 27 355, de 19 de Dezembro de 1936.

7.º Os cartões deverão ser substituídos quando se verifique qualquer alteração nos elementos deles constantes e serão obrigatoriamente recolhidos quando os seus titulares cessem o exercício das respectivas funções.

8.º Em caso de extravio, de destruição ou deterioração será passada uma 2.ª via, de que se fará referência expressa no cartão, mantendo-se, todavia, o número anterior.

Modelo a que se refere o n.º 2.º

(Frente)

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E TURISMO

JUNTA NACIONAL DAS FRUTAS

Cartão de identidade n.º

Nome:

Categoria:

Lisboa, de de 19.....

O Presidente da Junta,

(Verso)

Assinatura do funcionário

A apresentação deste bilhete é obrigatória por parte do seu possuidor, no desempenho das suas funções ou quando lhe seja exigida.

Em conformidade com o artigo 21.º do Decreto n.º 27 355, de 19 de Dezembro de 1936, tem entrada livre em qualquer estação ou cais de embarque, incluindo os sujeitos à fiscalização aduaneira.

Aprovado pela Portaria n.º 311/81, de 1 de Abril.

Secretaria de Estado do Comércio, 5 de Março de 1981. — O Secretário de Estado do Comércio, *Walter Waldemar Pego Marques.*